

EDUCAÇÃO: Inclusão de alunos com autismo na escola ainda é desafio



Participantes de debate público defendem ações para beneficiar pessoas com TEA na educação e no mercado de trabalho.

Apesar dos avanços recentes, a inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na escola e no mercado de trabalho ainda precisa superar inúmeros obstáculos. A avaliação foi feita pelos participantes do Debate Público Autismo, Saúde e Educação - Desafios e perspectivas, realizado pela Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na segunda-feira (31/03/25).

A presidenta da comissão, deputada Maria Clara Marra (PSDB), citou números que dão a dimensão desse problema. Segundo ela, o índice de analfabetismo das pessoas com deficiência é de 19,5%, enquanto a taxa do restante da população é de 4%. Ainda de acordo com a parlamentar, apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluem o ensino médio e 7% completam o ensino superior.

Para a advogada Carla Patrícia Rodrigues, que recebeu um diagnóstico tardio de autismo, as escolas não estão preparadas para oferecer educação inclusiva. Segundo ela, faltam salas de recursos e professores de apoio para garantir a inclusão de alunos com TEA.

O secretário municipal de Educação de Três Marias (Região Central do Estado), José Augusto de Mesquita, admitiu que a educação especial é um desafio muito grande para os gestores públicos. Para garantir o atendimento das crianças com autismo, a prefeitura de Três Marias conta com uma equipe multidisciplinar, com profissionais de medicina, psicologia, nutrição, fonoaudiologia e terapia ocupacional.

Outro desafio é garantir emprego para as pessoas com autismo que terminam a faculdade, conforme lembrou o professor William Zenon Nogueira Conrado, da Faculdade Anhanguera. “Depois que essas pessoas se formam no ensino superior, como vão para o mercado de trabalho?”, questionou.

Este é o caso do filho da advogada Cynthia de Lima Prata Abi-Habib. Ela contou que seu filho, formado em medicina, foi aprovado na residência do Hospital da Polícia Militar, mas teria sido rejeitado pelo programa. Ele teria sido afastado dos plantões e os preceptores teriam estimulado a sua desistência, alegando que o autismo seria incompatível com o exercício da clínica médica.

Foto: Divulgação